

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO – AEAN (2017-2018)

O Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de António Nobre, em reunião ordinária realizada no dia **06 de julho de 2017**, aprovou a definição dos critérios gerais de avaliação (CGA), para o ano letivo de **2017-2018**.

Os critérios de avaliação constituem referenciais comuns no agrupamento de escolas, sendo operacionalizados pelo ou pelos professores da turma – n.º 3, do artigo 7.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

A coordenação do processo de tomada de decisão relativa à avaliação sumativa, garantindo a sua natureza globalizante e o respeito pelos critérios de avaliação referidos no artigo 7.º, compete:

- a) No 1.º ciclo, ao professor titular de turma;
- b) Nos 2.º e 3.º ciclos, ao(à) diretor(a) de turma – n.º 4, do artigo 12.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

No ensino secundário, a avaliação sumativa interna é da responsabilidade conjunta e exclusiva dos professores que compõem o conselho de turma, sob critérios aprovados pelo conselho pedagógico de acordo com os critérios de avaliação definidos pelo Conselho Pedagógico. A classificação a atribuir a cada aluno é proposta ao conselho de turma pelo professor de cada disciplina. A decisão quanto à classificação final a atribuir a cada aluno é da competência do conselho de turma que, para o efeito, aprecia a proposta apresentada por cada professor, as informações que a suportam e a situação global do aluno. Compete ao diretor de turma coordenar o processo de tomada de decisões relativas a esta forma de avaliação sumativa e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação definidos pelo Conselho Pedagógico – n.ºs 2, 3, 4 e 5, do artigo 10.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Os CGA serão os aplicados pelos professores titulares de turma no 1.º CEB e pelos professores do conselho de turma nos restantes níveis de ensino.

A avaliação dos alunos tem por base uma recolha sistemática de elementos relativos aos domínios das aprendizagens, mais concretamente à aquisição de Saberes e Competências específicas de cada área, bem como às relacionadas com os valores e as atitudes.

Fazem parte da avaliação dos alunos:

<ul style="list-style-type: none"> Os Testes/questões de aula Os trabalhos de investigação/atividades laboratoriais/relatórios As fichas de trabalho/Atividades Práticas de Sala de Aula (APSA) A execução dos trabalhos de casa A expressão oral e escrita e a participação oral O portefólio 	<ul style="list-style-type: none"> A pontualidade, assiduidade e comportamento O sentido de responsabilidade A autonomia nas aprendizagens O bom relacionamento com a comunidade escolar (colegas, professores e funcionários) A auto e heteroavaliação feita pelos alunos
--	---

No ensino básico a avaliação incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência os documentos curriculares em vigor. As aprendizagens relacionadas com as componentes do currículo de carácter transversal, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias de informação e comunicação, constituem objeto de avaliação nas diversas disciplinas, de acordo com os critérios definidos pelo conselho pedagógico, que são os que a seguir se indicam – n.º 1 e 2, do artigo 3.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

No ensino secundário a avaliação sumativa interna destina-se a:

- a) Informar o aluno e ou o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento da aprendizagem em cada disciplina;
- b) Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno – n.º 1, do artigo 9.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

A avaliação tem por objetivo a melhoria do ensino através da verificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas nos alunos e da aferição do grau de cumprimento das metas curriculares globalmente fixadas para o nível de ensino secundário – n.º 1 e 2, do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

Com a avaliação procura-se certificar as aprendizagens, capacidades e as competências adquiridas pelos alunos no final de cada ciclo, não descurando as avaliações intercalares que servem, fundamentalmente, para permitir o reajustamento dos planos de trabalho de turma, no caso de estes não estarem a surtir o efeito desejado. A avaliação permite, ainda, melhorar a qualidade do nosso sistema educativo, definindo, ou redefinindo as estratégias que levem ao verdadeiro sucesso educativo dos alunos.

1. TERMINOLOGIA UTILIZADA NA AVALIAÇÃO (Nomenclatura e Pesos)

O conselho pedagógico da escola, enquanto órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa, define os seguintes critérios e procedimentos a implementar tendo em conta as finalidades previstas no diploma que estabelece os princípios orientadores da avaliação, do ensino e das aprendizagens – n.º 2, artigo 6.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril – ENSINO BÁSICO.

Nos critérios de avaliação deve ser enunciada a descrição de um perfil de aprendizagens específicas para cada ano e ou ciclo de escolaridade – n.º 2, do artigo 7.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril – ENSINO BÁSICO.

Compete ao conselho pedagógico do agrupamento de escolas definir, no início do ano letivo, os critérios de avaliação para cada ano de escolaridade e disciplina, sob proposta dos departamentos curriculares, contemplando critérios de avaliação da componente prática e ou experimental, de acordo com a natureza das disciplinas. Estes critérios de avaliação constituem referenciais comuns no interior de cada escola do agrupamento, sendo operacionalizados pelo conselho de turma – n.ºs 1 e 2, do artigo 6.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto – ENSINO SECUNDÁRIO.

1.1. Pré-Escolar

PRÉ-ESCOLAR	
Modalidades	Avaliação
Avaliação Diagnóstica	No início do ano letivo será realizada a avaliação diagnóstica para a identificação das competências.
Avaliação Formativa (final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos)	Avaliação descritiva das competências adquiridas, que serão registadas em documento existente (ficha de avaliação).

As principais orientações normativas relativas à avaliação na Educação Pré-Escolar estão consagradas no Ofício-Circular n.º 17/DSDC/DEPEB/2007, de 17 de outubro da DGIDC (Gestão do Currículo na Educação Pré-escolar) e no Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho (Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar).

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

1.2. Avaliação no 1.º Ciclo do Ensino Básico:

Ponderação dos diferentes domínios na avaliação		
COGNITIVO (CONHECIMENTOS E CAPACIDADES)	<ul style="list-style-type: none"> - Domina os conteúdos lecionados. - Utiliza de forma correta a terminologia apreendida. - Revela facilidade na compreensão, aquisição, relaciona-ção e aplicação dos conhecimentos. - Revela iniciativa e capacidade de intervenção nas aulas. - Compreende, interpreta e aplica os conhecimentos adquiridos em novas situações. 	70% (1.º e 2.º ano) 90% (3.º e 4.º ano)
COMPORTAMENTAL (ATITUDES E VALORES)	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse. - Participação. - Cumprimento de normas. - Relacionamento interpessoal. - Iniciativa. - Autonomia. - Respeito pelos valores da comunidade escolar. - Organização e hábitos de trabalho. - Cooperação. 	30% (1.º e 2.º ano) 10% (3.º e 4.º ano)

Situações Específicas:

a) Os alunos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, que tenham no seu Programa Educativo Individual devidamente explicitadas e fundamentadas adequações ao processo de avaliação serão avaliados nos termos definidos no referido Programa.

1.2.1. Registos Qualitativos do 1.º Ciclo

Percentagens	Menção
0-49%	Insuficiente
50-69%	Suficiente
70-89%	Bom
90-100%	Muito Bom

No 1.º Ciclo do Ensino Básico, a informação resultante da avaliação do aluno materializa-se na atribuição de uma menção qualitativa de *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente* em todas as disciplinas.

1.3. Avaliação nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

Nos 2.º e 3.º CEB, a informação resultante da avaliação sumativa materializa-se numa escala numérica de **1** a **5**, em todas as disciplinas – n.º 2, do artigo 26.º, do Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril.

No ensino secundário, a avaliação sumativa interna, da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica da escola – n.º 1, do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

No ensino secundário, em todas as disciplinas constantes dos planos de estudo são atribuídas classificações na escala de **0 a 20 valores** – n.º 7, do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

No ensino secundário, são obrigatórios momentos formais de avaliação da oralidade ou da dimensão prática ou experimental, integrados no processo de ensino, de acordo com as alíneas seguintes:

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

a) Na disciplina de Português, a componente de oralidade tem um peso de pelo menos **20 %** no cálculo da classificação a atribuir em cada momento formal de avaliação, em reuniões do conselho de turma no final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos letivos [alínea a), do ponto 5, do art.º 7.º, da Portaria n.º 304-B/2015, de 22 de setembro];

b) Nas disciplinas de Língua Estrangeira e Português Língua Não Materna (PLNM) a componente de oralidade tem um peso de **30 %** no cálculo da classificação a atribuir em cada momento formal de avaliação, em reuniões do conselho de turma no final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos letivos [alínea b), do ponto 5, do artigo 7.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto];

c) Nas disciplinas bienais de Física e Química A e de Biologia e Geologia, nas disciplinas anuais de Biologia, de Física, de Geologia e de Química, a componente prática e ou experimental têm um peso mínimo de 30 % no cálculo da classificação a atribuir em cada momento formal de avaliação, em reuniões do conselho de turma no final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos letivos [alínea c), do ponto 5, do artigo 7.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto].

Critérios	2.º e 3.º CEB	Ensino Secundário	Cursos Profissionais
Domínio de conteúdos e respetiva mobilização dos saberes / competências / capacidades	80% (5.º-6.º-7.º-8.º) 90% (9.º ano)	90%	60% a 80%
Comportamentos e Atitudes (sentido de responsabilidade, autonomia e iniciativa)	20% (5.º-6.º-7.º-8.º) 10% (9.º ano)	10%	20% a 40%

1.4. Registos Quantitativos / Qualitativos do Ensino Básico (2.º e 3.º CEB) e do Ensino Secundário

Níveis	Percentagens	Nomenclatura
1	0% a 19%	Muito Insuficiente
2	20% a 49%	Insuficiente
3	50% a 69%	Suficiente
4	70% a 89%	Bom
5	90% a 100%	Muito Bom

Nos **testes** do 2.º CEB, constará a avaliação qualitativa.

Nos **testes** do 3.º CEB, constará sempre a avaliação quantitativa expressa em percentagem, por extenso.

Para os **trabalhos**, no ensino básico, constará a avaliação qualitativa.

Nos **testes** do ensino secundário, constará a avaliação quantitativa na escala de zero a vinte valores, registada por extenso.

Para os **trabalhos**, no ensino secundário, fica ao critério do professor utilizar a escala qualitativa ou quantitativa, sempre de acordo com a seguinte nomenclatura:

Valores	Nomenclatura
0,0 – 5,4	Muito Insuficiente
5,5 – 9,4	Insuficiente
9,5 – 13,4	Suficiente
13,5 – 17,4	Bom
17,5 – 20,0	Muito Bom

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

2. PERFIL DE PROGRESSÃO – ENSINO BÁSICO (1.º CEB – 2.º CEB – 3.º CEB)

2.1. Enquadramento legal

A elaboração dos critérios gerais de avaliação do Agrupamento de Escolas de António Nobre para o 2.º e 3.º ciclos, regula-se pelo Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 91/2013, de 10 de julho e 176/2014, de 12 de dezembro e Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

Estas mesmas orientações encontram-se reafirmadas no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Compete ao Conselho Pedagógico, enquanto órgão de coordenação, supervisão pedagógica e orientação educativa da escola, “Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos.” (alínea e), do artigo 33.º, do Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho). Neste sentido, os critérios gerais definidos neste Agrupamento contemplam os domínios cognitivo, processuais e atitudinais, sendo reforçados pela adoção dos quadros de mérito e de excelência.

Os critérios gerais de avaliação aprovados pelo Conselho Pedagógico, constituem referenciais comuns no interior do agrupamento de escolas. O referencial comum estabelece como parâmetros a considerar na definição dos critérios específicos de disciplina, os domínios cognitivo, processual e atitudinal, os instrumentos e escalas de avaliação, e ainda que:

- a classificação de cada período resulta da aplicação dos critérios específicos de cada disciplina;
- a classificação final de ano do Ensino Básico é o resultado de uma apreciação globalizante do aluno.

2.2. Critérios de Progressão / Retenção (1.º CEB)

No 1.º CEB, a informação resultante da avaliação sumativa materializa-se na atribuição de uma menção qualitativa de *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*, em todas as disciplinas, sendo acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução das aprendizagens do aluno com inclusão de áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável, a inscrever na ficha de registo de avaliação – ponto 1, do artigo 13.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

No caso do 1.º ano de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa pode expressar-se apenas de forma descritiva em todas as componentes do currículo, nos 1.º e 2.º períodos – ponto 2, do artigo 13.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

2.2.1. A aprovação ou retenção do aluno é expressa através das menções, respetivamente, *Transitou* ou *Não Transitou*, no final de cada ano e *Aprovado* ou *Não Aprovado* no final do ciclo.

2.2.2. No 1.º ano, não há lugar a retenção, exceto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas e cumpridos os procedimentos legais – ponto 9, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

2.2.3. O aluno não progride e obtém a menção de *Não Aprovado*, se estiver numa das seguintes condições:

- a) Menção *Insuficiente* nas disciplinas de Português ou PLN/M ou PL2 e de Matemática;
- b) Menção *Insuficiente* nas disciplinas de Português ou Matemática e cumulativamente, menção *Insuficiente* em duas das restantes disciplinas – alínea a), do ponto 6, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

2.2.4. Não são consideradas para efeitos de transição e aprovação de ciclo as seguintes componentes do currículo: Atividades de Enriquecimento Curricular e Apoio ao Estudo, e as disciplinas de Educação Moral e Religiosa e de oferta complementar – ponto 8, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 abril.

A retenção em qualquer ano do 1.º CEB implica a repetição de todas as componentes do currículo do respetivo ano de escolaridade – ponto 11, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

Em situações em que o aluno não desenvolva as aprendizagens definidas para o ano de escolaridade que frequenta, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvido o conselho de docentes, deve propor as medidas necessárias para superar as dificuldades detetadas no percurso escolar do aluno. Caso o aluno não desenvolva as aprendizagens definidas para um ano não terminal de ciclo que, fundamentadamente, comprometam o desenvolvimento das aprendizagens definidas para o ano de escolaridade subsequente, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvido o conselho de docentes, pode, a título excecional, determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade. Verificando-se a retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, identificar as aprendizagens não desenvolvidas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração de um plano individual ou do plano da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente – pontos 1, 2 e 4, do artigo 26.º-A, do Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos – ponto 6, do artigo 26.º-A, do Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril.

2.3. Critérios de Progressão / Retenção (2.º CEB – 3.º CEB)

Nos 2.º e 3.º CEB, a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas, e, sempre que se considere relevante, é acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução da aprendizagem do aluno, incluindo as áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável, a inscrever na ficha de registo de avaliação – ponto 3, do artigo 13.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

Não são consideradas para efeitos de transição e aprovação de ciclo o Apoio ao Estudo e as disciplinas de Educação Moral e Religiosa e de oferta complementar – ponto 8, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 abril.

No final do 2.º CEB e do 3.º CEB, o aluno não progride e obtém a menção Não Aprovado, se estiver numa das seguintes condições:

- ✚ se tiver obtido classificação inferior a nível 3 nas disciplinas de Português ou PLNLM ou PL2 e de Matemática;
- ✚ se tiver obtido classificação inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas – alínea b), do ponto 6, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

Os critérios de Progressão/Retenção no Ensino Básico são regulamentados pela legislação anteriormente referida.

“A disciplina de Educação Moral e Religiosa, ..., o Apoio ao Estudo, no 2.º ciclo e as disciplinas de oferta complementar, nos 2.º e 3.º ciclos, não são consideradas para efeitos de progressão de ano e conclusão de ciclo.”

Sempre que seja necessário ponderar situações de progressão ou retenção, a avaliação global do desempenho dos alunos deve basear-se nos seguintes aspetos:

- . Domínio da língua portuguesa (expressão oral e escrita nas várias disciplinas);
- . Cumprimento de normas e regras estabelecidas no Regulamento Interno;
- . Assiduidade;
- . Cumprimento de atividades de recuperação da aprendizagem (Lei n.º 51/2012) e Planos de Acompanhamento Pedagógico.
- . Distanciamento excessivo entre as capacidades desenvolvidas e as definidas para o final de ciclo.

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

2.3.1. Anos Intermediários: 5.º, 7.º e 8.º ano

A decisão de transição e de aprovação, em cada ano de escolaridade, é tomada sempre que o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, considerem que o aluno demonstra ter desenvolvido as aprendizagens essenciais para prosseguir com sucesso os seus estudos, sem prejuízo do seguinte.

Considera-se que “o aluno desenvolveu as aprendizagens essenciais para prosseguir com sucesso os seus estudos”, para o ano de escolaridade subsequente e em consequência **deve transitar de ano**, quando, na **avaliação sumativa do 3.º período, esteja na seguinte situação:**

- a) Obtenha, no máximo, três níveis inferiores a três, desde que não inclua simultaneamente as disciplinas de Português e Matemática.
 - a1. Caso o aluno tenha nível inferior a três, apenas e simultaneamente a Português e Matemática, também transita.

Nos 2.º e 3.º CEB, a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas, e, sempre que se considere relevante, é acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução da aprendizagem do aluno, incluindo as áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável, a inscrever na ficha de registo de avaliação – ponto 3, do artigo 13.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

A decisão de transição para o ano de escolaridade seguinte reveste carácter pedagógico, sendo a retenção considerada excecional – ponto 2, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

A decisão de retenção só pode ser tomada após um acompanhamento pedagógico do aluno, em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio face às dificuldades detetadas – ponto 3, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

A retenção em qualquer ano do 2.º ou 3.º CEB implica a repetição de todas as componentes do currículo do respetivo ano de escolaridade – ponto 11, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

Em situações em que o aluno não desenvolva as aprendizagens definidas para o ano de escolaridade que frequenta, o conselho de turma, nos 2.º e 3.º CEB, deve propor as medidas necessárias para superar as dificuldades detetadas no percurso escolar (DOC 38 - AEAN). Caso o aluno não desenvolva as aprendizagens definidas para um ano não terminal de ciclo que, fundamentadamente, comprometam o desenvolvimento das aprendizagens definidas para o ano de escolaridade subsequente, o conselho de turma, nos 2.º e 3.º CEB, pode, a título excecional, determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade. Verificando-se a retenção, compete ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º CEB, identificar as aprendizagens não desenvolvidas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração de um plano individual ou do plano da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente – pontos 1, 2 e 4, do artigo 26.º-A, do Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos – ponto 6, do artigo 26.º-A, do Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril.

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, de **Transitou** ou de **Não Transitou**, no final de cada ano – ponto 1, do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril.

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

2.3.2. Anos Terminais de Ciclo: 6.º ano (2.º CEB) e 9.º ano (3.º CEB)

A decisão de transição e de aprovação, em cada ano de escolaridade, é tomada sempre que o conselho de turma, considere que o aluno demonstra ter desenvolvido as aprendizagens essenciais para prosseguir com sucesso os seus estudos, sem prejuízo do seguinte.

Condições de não transição no ano terminal de Ciclo (6.º e 9.º ano de escolaridade)

O aluno não progride e obtém a menção *Não Aprovado* se apresentar:

- classificação inferior a nível 3 nas disciplinas de Português ou PLNM ou PL2 e de Matemática;
- classificação inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas – ponto 5 e alínea b), do ponto 6, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, de *Aprovado* ou de *Não Aprovado*, no final de cada ciclo – ponto 1, do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril.

No final de cada um dos ciclos do ensino básico, o aluno não progride e obtém a menção de *Não Aprovado*, se estiver numa das seguintes condições:

- Tiver obtido simultaneamente classificação inferior a 3, nas disciplinas de Português (ou PLNM ou PL2) e de Matemática;
- Tiver obtido classificação inferior a 3, em três ou mais disciplinas, no caso dos 2.º e 3.º ciclos.

No final do 3.º CEB, a não realização das provas finais por alunos do ensino básico geral implica a sua não aprovação neste ciclo – ponto 7, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

A retenção em qualquer ano do 3.º CEB implica a repetição de todas as componentes do currículo do respetivo ano de escolaridade – ponto 11, do artigo 21.º, do Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril.

Para os alunos do 9.º ano, a decisão sobre a progressão e retenção depende ainda dos resultados das provas finais de ciclo (PFC) – ponto 5, do artigo 26.º-A, do Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos – ponto 6, do artigo 26.º-A, do Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril.

2.3.3. Alunos abrangidos pela modalidade de Educação Especial

Serão aplicados a estes alunos os mesmos critérios de avaliação sumativa, à exceção dos alunos que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008, tenham no seu Programa Educativo Individual condições de avaliação devidamente explicitadas e fundamentadas.

Alunos com Currículo Específico Individual:

De acordo com o ponto 4, do artigo 13.º, do Despacho Normativo n.º 1-F/2016, 5 de abril, “A expressão dos resultados da avaliação dos alunos do ensino básico abrangidos pelo artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, na redação atual, obedece ao disposto nos números anteriores, de acordo com a especificidade do currículo do aluno.”, pelo que a escala e procedimentos de avaliação a utilizar para estes alunos são similares aos definidos para os alunos nas situações definidas nos pontos um, dois e três, do mesmo artigo.

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

3. PERFIL DE APROVAÇÃO, TRANSIÇÃO E PROGRESSÃO DO ALUNO – ENSINO SECUNDÁRIO (10.º, 11.º e 12.ºs anos de escolaridade)

A avaliação sumativa interna realiza-se através:

- a) da formalização em reuniões do conselho de turma no final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos letivos;
- b) de provas de equivalência à frequência – alíneas a) e b), do ponto 2, do artigo 9.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

A avaliação sumativa interna é formalizada em reuniões do conselho de turma, no final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos letivos, tendo, no final do 3.º período, as seguintes finalidades:

- a) Apreciação global do trabalho desenvolvido pelo aluno e do seu aproveitamento ao longo do ano;
- b) Atribuição, no respetivo ano de escolaridade, de classificação de frequência ou de classificação final nas disciplinas;
- c) Decisão, conforme os casos, sobre a progressão nas disciplinas ou transição de ano, bem como sobre a aprovação em disciplinas terminais, dos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, não sujeitas a exame final nacional no plano de estudos do aluno – alíneas a), b) e c), do ponto 1, do artigo 10.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

A avaliação sumativa externa realiza-se através de exames finais nacionais (EFN), organizados pelo serviço ou entidade do Ministério da Educação e Ciência designado para o efeito – ponto 2, do artigo 13.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

A avaliação sumativa externa para os alunos dos cursos científico-humanísticos realiza-se no ano terminal da respetiva disciplina, nos termos seguintes:

- a) Na disciplina de Português da componente de formação geral;
- b) Na disciplina trienal da componente de formação específica;
- c) Em duas disciplinas bienais da componente de formação específica, ou numa das disciplinas bienais da componente de formação específica e na disciplina de Filosofia da componente de formação geral, de acordo com a opção do aluno – ponto 3, do artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

Os EFN realizam-se e incidem sobre os programas e metas curriculares relativos à totalidade dos anos de escolaridade em que a disciplina é lecionada. Podem apresentar-se à realização de EFN os alunos internos que, na avaliação interna da disciplina, a cujo exame se apresentam, tenham obtido uma classificação igual ou superior a 8 valores no ano terminal e a 10 valores na classificação interna final, calculada através da média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações de cada um dos anos em que a disciplina foi ministrada – pontos 5 e 7, do artigo 13.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Os alunos excluídos por faltas em qualquer disciplina, só podem apresentar-se ao respetivo EFN no mesmo ano letivo, na 2.ª fase, na qualidade autopropostos – ponto 11, do artigo 13.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

A **aprovação** do aluno em cada disciplina depende da obtenção de uma classificação final igual ou superior a **10 valores**, sendo que a classificação de frequência no ano terminal das disciplinas plurianuais não pode ser inferior a 8 valores – pontos 1 e 2, do artigo 18.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

A **transição** do aluno para o ano de escolaridade seguinte verifica-se sempre que a **classificação anual de frequência ou final de disciplina**, consoante os casos, **não seja inferior a 10 valores a mais que duas disciplinas** sendo que são consideradas as disciplinas constantes do plano de estudo a que o aluno tenha obtido

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto

Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

classificação inferior a 10 valores, sido excluído por faltas ou anulado a matrícula – pontos 3 e 4, do artigo 18.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Na **transição do 11.º para o 12.º ano**, são consideradas igualmente as disciplinas em que o aluno não progrediu na transição do 10.º para o 11.º ano – ponto 5, do artigo 18.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Os alunos que transitam para o ano seguinte com classificações inferiores a 10 valores em uma ou duas disciplinas, progridem nesta(s) disciplina(s) desde que a(s) classificação(ões) obtida(s) não seja(m) inferior(es) a 8 valores, contudo os alunos não progridem em disciplinas em que tenham obtido classificação inferior a 10 valores em dois anos curriculares consecutivos – pontos 6 e 7, do artigo 18.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Os alunos que não transitam para o ano de escolaridade seguinte não progridem nas disciplinas em que obtiverem classificações inferiores a 10 valores – ponto 8, do artigo 18.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Para o efeito da transição do aluno para o ano de escolaridade seguinte não é considerada a disciplina de Educação Moral e Religiosa, desde que frequentada com assiduidade – ponto 9, do artigo 18.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Os alunos excluídos por faltas na disciplina de Educação Moral e Religiosa realizam, no final do 10.º, 11.º ou 12.º ano de escolaridade, consoante o ano em que se verificou a exclusão, uma prova especial de avaliação (PEA), elaborada a nível de escola, de acordo com a natureza da disciplina de Educação Moral e Religiosa, sendo que a aprovação na disciplina de Educação Moral e Religiosa, verifica-se quando o aluno obtém uma classificação igual ou superior a 10 valores – pontos 10 e 11, do artigo 18.º, da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto.

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

4. QUADROS DE MÉRITO E / OU DE EXCELÊNCIA AEAN

4.1. Critérios a adotar na seleção dos alunos a propor para os Quadros de Mérito e/ou de Excelência

Os Quadros de Mérito e de Excelência destinam-se a tornar patente o reconhecimento de competências e valores dos alunos ou grupo de alunos que tenham evidenciado Excelência e/ou Mérito nos domínios cognitivo e pessoal/social, respetivamente.

4.2. Quadro de Mérito

4.2.1. Definição

- 1- Este prémio destina-se a distinguir os alunos que, ao longo do ano letivo considerado, se destacaram por manifestarem excecional nobreza de caráter.
- 2- É merecedor de nomeação para distinção com a atribuição de louvor por mérito o(a) aluno(a) ao qual, ao longo de um ano letivo, seja reconhecido inequivocamente, cumulativamente ou não, o exercício de:

Critérios Aprovados	Objetivação dos Critérios
2a) ações exemplares dentro do recinto escolar:	2a) ações exemplares dentro do recinto escolar, reconhecidas por docentes, assistentes operacionais e pelos pares;
2b) ações de âmbito social de relevo:	2b) ações de âmbito social de relevo, reveladas por um órgão representativo da instituição onde a ação foi realizada, podendo assumir as seguintes categorias: <ul style="list-style-type: none"> • Quadro de Mérito desportivo – alunos, que individualmente, obtiveram desempenhos desportivos de relevo, em competições desportivas a nível distrital, regional, nacional ou internacional, quer a nível de desporto federado, quer a nível de desporto escolar. Também tenham evidenciado uma conduta sócio desportiva demonstradora de <i>fair-play</i> e espírito de equipa, bem como apresentaram comportamento disciplinar exemplar; • Quadro de Mérito artístico – alunos que se destacaram pela realização de obras/feitos no âmbito da literatura, da música, da pintura, dança, etc.; • Quadro de Mérito científico – alunos que se destacaram nas áreas das ciências e das tecnologias, com participação/prémios em olimpíadas, concursos, feiras, etc.;
2c) manifestações excecionais de cooperação e solidariedade:	2c) manifestações excecionais de cooperação e solidariedade, reconhecidas por entidades credenciadas, a alunos ligados a entidades de promoção de voluntariado ou que com elas cooperaram;
2d) postura cívica e consciência humanista notáveis:	2d) postura cívica e consciência humanista notáveis.

4.2.2. Competências

- a) Compete ao(à) Professor(a) Titular de Turma de 4.º Ano de escolaridade/Diretor(a) de Turma, apresentar à Direção, a proposta de candidatura, devidamente fundamentada – DOC 25B. Para tal deve ouvir o Conselho de Docentes/Conselho de Turma e, eventualmente, o Gabinete de Apoio ao Aluno e Família, a Biblioteca e/ou outras estruturas de apoio.
- b) Compete à Direção apreciar a proposta e dar a eventual aprovação e ratificação.

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

c) Compete ao(à) Professor(a) Titular de Turma do 4.º ano de Escolaridade/Diretor(a) de Turma fazer o registo do louvor no Processo Individual do(a) Aluno(a).

4.3. Quadro de Excelência

4.3.1. Definição

Este prémio destina-se a distinguir os melhores alunos do Agrupamento, em cada ano letivo. É merecedor de nomeação para distinção com a atribuição de louvor por excelência o(a) aluno(a) que, ao longo do ano letivo, em cada ano escolar, reúna cumulativamente as seguintes condições:

- (a) atinja média global igual ou superior a 16 (dezasseis) valores, no ensino secundário e média global de nível 5 no ensino básico;
- (b) não tenha sido sujeito a qualquer tipo de medida disciplinar (corretiva ou sancionatória).

4.3.1.1. Quadro de Excelência – Anos Terminais de Ciclo / Anos de Exame Final Nacional

Para os anos terminais de ciclo, com avaliação externa (3.º CEB: 9.º ano) e para os anos de Exames Finais Nacionais (EFN), no ensino secundário (11.º ano; 12.º ano), o **cálculo da média global**, tanto no ensino básico, como no ensino secundário, deverá ser feita com a inclusão dos resultados da 1.ª fase, para alunos internos, das PFC, ou PFNE (9.º ano), ou dos EFN (11.º ano; 12.º ano).

O cálculo da média global será efetuado após a afixação das pautas das PFC, PFNE, EFN, da primeira fase. Este tratamento de dados será efetuado pela direção, com acompanhamento dos coordenadores de diretores de turma, ou de conselho de docentes, dos ciclos respetivos.

4.3.2. Competências

- a) Para os anos intermédios (5.º ano, 6.º ano, 7.º ano, 8.º ano, 10.º ano), compete ao Conselho de Turma, na reunião final de avaliação de ano, fazer o levantamento do, ou dos alunos a distinguir;
- b) Para os anos terminais de ciclo (Ensino Básico) e para os anos de EFN (Ensino Secundário), compete às coordenações de diretores de turma/conselho de docentes, em articulação com o Diretor do agrupamento, a determinação dos alunos que estejam em condições de reconhecimento do perfil de excelência, após a publicitação das pautas relativas à avaliação externa.
- c) Compete ao Diretor a sua aprovação;
- d) Compete ao(à) Professor(a) Titular de Turma de 4.º Ano de Escolaridade/Diretor(a) de Turma fazer o registo do louvor no Processo Individual do(a) Aluno(a).

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

5. PROCEDIMENTOS RELATIVOS A REVISÃO DAS DECISÕES DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS (AVALIAÇÃO SUMATIVA INTERNA – 3.º PERÍODO)

5.1. ENSINO BÁSICO (1.º CEB – 2.º CEB – 3.º CEB)

Enquadramento Legal: Despacho Normativo n.º 1-F/2016, 5 de abril de 2016

Artigo 25.º – Revisão das decisões

- 1 – As decisões decorrentes da avaliação das aprendizagens de um aluno no 3.º período de um ano letivo podem ser objeto de um pedido de revisão, dirigido pelo respetivo encarregado de educação ao diretor da escola no prazo de **três dias úteis** a contar da data de entrega das fichas de registo de avaliação no 1.º ciclo ou da afixação das pautas nos 2.º e 3.º ciclos.
- 2 – Os pedidos de revisão a que se refere o número anterior são apresentados em requerimento devidamente fundamentado em razões de ordem técnica, pedagógica ou legal, dirigido ao diretor da escola, devendo ser acompanhado dos documentos pertinentes para a fundamentação.
- 3 – Os requerimentos recebidos depois de expirado o prazo fixado no n.º 1 do presente artigo, bem como os que não estiverem fundamentados, são liminarmente indeferidos.
- 4 – No caso do 1.º ciclo, o diretor da escola convoca, nos **cinco dias úteis** após a aceitação do requerimento, uma reunião com o professor titular de turma para apreciação do pedido de revisão, podendo confirmar ou modificar a avaliação inicial, elaborando um relatório pormenorizado.
- 5 – Na apreciação do pedido de revisão a que se refere o número anterior, pode ser ouvido o conselho de docentes.
- 6 – Nos 2.º e 3.º ciclos, o diretor da escola convoca, nos **cinco dias úteis** após a aceitação do requerimento, uma reunião extraordinária do conselho de turma, que procede à apreciação do pedido de revisão, podendo confirmar ou modificar a avaliação inicial, elaborando um relatório pormenorizado, que deve integrar a ata da reunião.
- 7 – Sempre que o conselho de turma mantenha a sua deliberação, o processo aberto pelo pedido de revisão pode ser enviado pelo diretor da escola ao conselho pedagógico para emissão de parecer prévio à decisão final.
- 8 – Da decisão do diretor e respetiva fundamentação é dado conhecimento ao encarregado de educação, através de carta registada com aviso de receção, no prazo máximo de **30 dias úteis**, contados a partir da data da receção do pedido de revisão.
- 9 – O encarregado de educação pode ainda, se assim o entender, no prazo de **cinco dias úteis** após a data de receção da resposta ao pedido de revisão, interpor recurso hierárquico para o serviço competente do Ministério da Educação, quando o mesmo for baseado em vício de forma existente no processo.
- 10 – Da decisão do recurso hierárquico não cabe qualquer outra forma de impugnação administrativa.

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

5.1. ENSINO SECUNDÁRIO – Cursos Científico-Humanísticos

Enquadramento Legal: Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto, alterada pela Portaria n.º 304-B/2015, de 22 de setembro.

Artigo 21.º – Revisão das deliberações do conselho de turma

- 1 – Após a afixação das pautas referentes ao 3.º período, o encarregado de educação, ou o aluno, quando maior de idade, poderá requerer a revisão das deliberações do conselho de turma.
- 2 – Os pedidos de revisão são apresentados em requerimento devidamente fundamentado em razões de ordem técnica, pedagógica ou legal, dirigido ao responsável do órgão de gestão do estabelecimento de ensino no prazo de **cinco dias úteis** a contar da data da afixação da pauta com a classificação da avaliação sumativa interna, podendo o requerimento ser acompanhado dos documentos considerados pertinentes.
- 3 – Os requerimentos recebidos depois de expirado o prazo fixado no número anterior, bem como os que não estiverem fundamentados, serão liminarmente indeferidos.
- 4 – O responsável do órgão de gestão do estabelecimento de ensino convoca, nos **cinco dias úteis** após a aceitação do requerimento, para apreciação do pedido, uma reunião extraordinária do conselho de turma.
- 5 – O conselho de turma, reunido extraordinariamente, aprecia o pedido e delibera sobre o mesmo, elaborando um relatório pormenorizado, que deve integrar a ata da reunião.
- 6 – Nos casos em que o conselho de turma mantenha a sua deliberação, o processo aberto pelo pedido de revisão é enviado pelo presidente do órgão de gestão ao conselho pedagógico para decisão final, que deve ser fundamentada, devendo os processos ser instruídos com os seguintes documentos:
 - a) Requerimento do encarregado de educação (ou do aluno) e documentos apresentados com o mesmo;
 - b) Fotocópia da ata da reunião extraordinária do conselho de turma;
 - c) Fotocópias das atas das reuniões do conselho de turma correspondentes a todos os momentos de avaliação;
 - d) Relatório do diretor de turma, do qual constem os contactos havidos com o encarregado de educação ao longo do ano;
 - e) Relatório do professor da disciplina visada no pedido de revisão, justificativo da classificação proposta no 3.º período e do qual constem todos os elementos de avaliação do aluno, recolhidos ao longo do ano letivo;
 - f) Ficha de avaliação do aluno relativa aos três períodos letivos.
- 7 – Da deliberação do conselho pedagógico e respetiva fundamentação é dado conhecimento ao interessado, através de carta registada com aviso de receção, no prazo máximo de **30 dias úteis** contados a partir da data da receção do pedido de revisão.
- 8 – *O encarregado de educação pode ainda, se assim o entender, no prazo de **cinco dias úteis** após a data de receção da resposta ao pedido de revisão, interpor recurso hierárquico para o órgão competente do Ministério da Educação e Ciência, quando o mesmo for baseado em vício de forma existente no processo.*
- 9 – Da decisão do recurso hierárquico não cabe qualquer outra forma de impugnação administrativa.

Agrupamento de Escolas António Nobre, Porto

Sede: Escola Secundária António Nobre | Rua Aval de Cima 128 – 4200-105, Porto
Telfs.: 225096771/225097661 | Fax: 225072979 | E-mail: Secretaria@ae-anobre.pt | Site: www.ae-anobre.pt

5.1. ENSINO SECUNDÁRIO – Cursos Profissionais

Enquadramento Legal: Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro

Artigo 24.º – Reclamações e recursos

- 1 – As reclamações ou recursos interpostos sobre matéria de avaliação interna dos alunos são resolvidos de acordo com o disposto no regulamento interno da escola.
- 2 – As reclamações ou recursos relativos à avaliação externa são resolvidos de acordo com a regulamentação aplicável aos exames de nível secundário de educação.

[Consultar o Regulamento dos Cursos Profissionais AEAN 2015-2017, artigo 36.º - Reclamações e Recursos]

Aprovado em reunião de Conselho Pedagógico de 06 de julho de 2017